SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE POLÍCIA DE MIGRAÇÃO - NUMIG/DELEX/DPF/FIG/PR

PORTARIA

SÉRGIO LUIS STINGLIN DE OLIVEIRA, Delegado(a) de Polícia Federal, lotado e em exercício na Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, de oficio, e considerando a existência de sentença penal condenatória proferida no processo criminal nº(s) 0009334-10.2024.8.16.0030 da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu/PR e, tendo em vista o disposto na Lei 13.445/2017, nos artigos 192 c/c 195, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei de Migração, e nas disposições da Instrução Normativa DG/PF 226/2022, de 05 de maio de 2022,

RESOLVE:

Instaurar Inquérito Policial de Expulsão, do estrangeiro **DIEGO ARMANDO DOMINGUEZ FLORENTIN**, de nacionalidade **paraguaia**, filho de Bernardina Beatriz Florentin e Jacinto Dominguez, nascido em 29/10/1999, com base no artigo 54, § 1º, inciso II da Lei nº 13.445/2017, bem assim nos artigos 192, II, e 195, §1º e § 2º, II, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a regulamentou, em razão de ter sido condenado pela prática de infrações penais tipificadas nos artigos 157, §2º, inciso II, art. 180, caput e art. 311, §2º, inciso III, todos do Código Penal, ao cumprimento da pena de 8(oito) anos e 10(dez) meses de reclusão e 21(vinte e um) dias multa, em regime inicial fechado.

DETERMINA:

1. Anexar ao presente expediente a sentença penal condenatória proferida no processo criminal nº 0009334-10.2024.8.16.0030. da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu/PR, e seus anexos, bem como o resultado das pesquisas realizadas nos sistemas à disposição da Polícia Federal, adotando as seguintes providências:

2. Encaminhar a notificação da instauração do presente Inquérito Policial de Expulsão para os endereços constantes dos autos, cientificando o(a) expulsando(a) da necessidade de seu comparecimento

para qualificação e interrogatório e elaboração de Ficha de Identificação Datiloscópica e Fotográfica;

3. Ativar o alerta no Sistema Operacional de Alertas e Restrições - SONAR "*Instaurado Inquérito de Expulsão*", com a inclusão dos respectivos documentos em anexo;

4. Expedir de ofício à Representação Diplomática do país de origem do(a) expulsando(a), comunicando a instauração e requerendo informações sobre o paradeiro do expulsando, bem como os respectivos dados de identificação;

5. Notificar a Defensoria Pública da União, com a disponibilização de acesso externo ao feito.

C U M P R A - S E.

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO LUIS STINGLIN DE OLIVEIRA**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 08/09/2026, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=148038118&crc=404228DA. Código verificador: **148038118** e Código CRC: **404228DA**.

Referência: Processo nº 08389.006437/2026-07 SEI nº 148038118